



# XIV ANPED-CO

## XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3269 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)  
GT 02 - História da Educação

O Movimento Estudantil e a ditadura militar na imprensa do Pontal Mineiro (1964-1969)  
Isaura Melo Franco - UFU - Universidade Federal de Uberlândia  
Saulóber Tarsio de Souza - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

O presente trabalho faz parte das discussões realizadas em pesquisa de mestrado que foi concluída e em doutorado em andamento na linha de História e Historiografia da Educação. Temos como objetivo principal analisar as representações de imprensa sobre a participação de estudantes secundaristas no movimento estudantil no Pontal do Triângulo Mineiro após o golpe civil-militar durante a década de 1960. Para a execução da pesquisa, realizamos análises de matérias presentes nas coleções de quatro jornais do município de Ituiutaba-MG. Utilizamos como recorte temporal os anos de 1964 a 1969, tendo em vista que foram marcados por um contexto de autoritarismo vivenciado após a implantação do governo militar no país, acompanhado pela agitação do movimento estudantil nacional, momento de grande efervescência política e social. Tal estudo nos evidencia que houve sérios reflexos do contexto político nacional nessa localidade, resultando no esvaziamento das ações políticas dos estudantes.

**Palavras-chave:** Movimento Estudantil; Ditadura civil-militar; Pontal Mineiro.

O presente estudo faz parte das discussões realizadas em pesquisa de mestrado que foi concluída e em doutorado em andamento na linha de História e Historiografia da Educação.

Nosso principal objetivo se concentrou em analisar as representações de imprensa sobre a participação de estudantes secundaristas no movimento estudantil no Pontal do Triângulo Mineiro após o golpe civil-militar durante a década de 1960.

Para a execução da pesquisa, realizamos análises de matérias presentes nas coleções de quatro jornais do município de Ituiutaba-MG. No entanto, salientamos que assumir o jornal como fonte para a pesquisa não significa pensá-lo como manancial de verdades. Ao contrário, devemos pensá-lo a partir de suas intencionalidades, pois é uma fonte parcial e carregada de subjetividades (CAPELATO, 1988).

Utilizamos como recorte temporal os anos de 1964 a 1969, tendo em vista que foram marcados por um contexto de autoritarismo vivenciado após a implantação do governo militar no país, acompanhado pela agitação do movimento estudantil nacional, momento de grande efervescência política e social.

Em 31 de março de 1964 ocorreu no Brasil o golpe civil-militar com a deposição do então presidente João Goulart, acarretando uma ruptura política para a manutenção da ordem socioeconômica do capitalismo de mercado associado dependente, principalmente dos Estados Unidos, líder do bloco ocidental.

Assim tem início no país o período ditatorial (1964-1985), que se caracterizou pelo autoritarismo imposto a sociedade civil, o qual tinha a função de prover um controle ideológico competente ao modelo econômico implantado, baseado nos interesses do capital internacional e nacional.

O governo militar exerceu severa repressão contra o movimento estudantil acusado de subversivo e de possuir ideais comunistas, devido à contestação do agravamento das desigualdades sociais que

levavam a população a um panorama de extremos, vivido entre a riqueza de poucos e a miséria da maioria, provocado pelas alterações políticas e com reflexos no sistema educacional. Nesse cenário as organizações estudantis passaram a sofrer outros ataques.

Mesmo com toda a repressão as ações estudantis tiveram grande repercussão nas lutas sociais e políticas do país, especialmente, pelas posições da União Nacional dos Estudantes (UNE), a qual exerceu fundamental importância nos quadros de oposição ao governo ditador, principalmente nos anos iniciais da ditadura militar (GERMANO, 2005).

No que se refere ao contexto local, salientamos que em Ituiutaba durante a década de 1960 o movimento estudantil era representado pela União Estudantil de Ituiutaba (UEI), entidade máxima que reunia os estudantes secundaristas locais, já que nesse período o município ainda não contava com o ensino superior.

Em março de 1964 aconteceu uma eleição para a composição de nova diretoria da UEI, por meio do sufrágio universal, em votação secreta, supervisionada por olheiros da Justiça Eleitoral da Comarca de Ituiutaba, normalmente um oficial de justiça, denominado pelo Juiz eleitoral.

Logo é perceptível o controle das eleições estudantis pelo poder judiciário local, o que sugere a preocupação de parte das autoridades do município em manter as organizações estudantis sob seu domínio, manifestando assim o desejo em afastar os estudantes de propósitos que contrariassem os anseios do governo ditador. Assim concordamos que: “[...] paralelamente a repressão, os governos militares e os grupos sociais que representavam, empenharam-se numa tarefa obsessiva, visando o controle, a manipulação ou a redefinição do movimento estudantil” (SANFELICE, 1986, p.30).

Uma das primeiras ações dessa nova gestão da UEI foi organizar a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em Ituiutaba, que se realizou, de acordo com *Correio do Triângulo* de 07/04/1964 na matéria “Marcha da Vitória”, no dia 3 de abril com a participação de cerca de cinco mil pessoas que comemoravam a vitória do novo governo implantado, alegando que os princípios cristãos venceram os comunistas. Tal passeata percorreu as ruas centrais da cidade, parando em frente à Igreja Matriz local, onde ocorreu uma missa em ação de graças pela vitória dos militares, vejamos:

Dia 3 de Abril foi uma data que ficará gravada na história de Ituiutaba. Nada menos de 5000 pessoas participaram da grandiosa passeata da vitória, comemorando a mudança de governo e consequente derrota do comunismo que ameaçava as instituições e a própria soberania nacional. A despeito da quase improvisação, o desfile patrocinado pela União Estudantil Ituiutabana, foi espetacular. Jamais se registrou tamanho entusiasmo e vibração cívica em nossa terra. Orações intercaladas de hinos e vivas [...] No palanque improvisado no centro da Rua 20 fizeram-se ouvir vários oradores, entre eles os srs. Gotardo Soares Ferreira, Gersón Abrão, ambos acadêmicos de direito [...] Ituiutaba vibrou, numa das maiores manifestações públicas já realizadas em nossa terra. Regosijo pela vitória da democracia. Foi uma autêntica Marcha da Família, com Deus pela liberdade (*Correio do Triângulo*, 07/04/1964).

A ocorrência da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em Ituiutaba, demonstra, assim como ocorreu nas grandes cidades e até mesmo na região, a força dos setores tradicionais conservadores na sociedade, como setores da Igreja Católica em defesa dos interesses e manutenção da ordem capitalista.

Destacamos o artigo publicado na coluna “Vida Estudantil – Escreve o Secundarista” ao lado da matéria “Marcha da Vitória” do estudante do Colégio São José, José Ribeiro que nessa ocasião era presidente da UEI:

A União Estudantil Ituiutabana agradece aos diretores dêsse jornal, que tão gentilmente nos cederam esta coluna [...] essa mesma voz, [...] se registrou no glorioso dia 3 nesta cidade, exaltando a democracia e as aspirações de um povo democrata e cristão. Foi êste povo que acordou de um sono letárgico, fez ouvir um prado que recocheteou no céu da liberdade e voltou sob a forma da frase: “LIBERTAS QUAE SERÁ TAMEM” [...] Por que perspectiva se poderia ver a Igreja na mira da foice e do martelo? Por que aspecto se poderia admitir o vermelho acima do verde e amarelo? Pela bandeira brasileira pela defesa da liberdade, com Deus e seu perdão, o povo democrata já tinha suas armas assestadas [...] E o povo que agora aspira um ar saturado de liberdade, bendiz o verde-oliva das Gloriosas Forças Armadas Brasileiras. Agora as forças jovens de São José do Tijucu saúdam o presidente, general Castelo Branco, que acreditam possa governar patriótica e democraticamente esta Gloriosa Terra de Santa Cruz (*Correio do Triângulo* 07/04/1964).

Com o artigo desse estudante, percebemos que este apresenta um discurso que justificava a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, como uma forma de exaltar os princípios cristãos associados aos patrióticos apresentados como contrários ao tenebroso comunismo. Nesse sentido, aponta o golpe político dos militares, como se fosse democrático, patriótico e cristão em oposição ao governo de João Goulart acusado de esquerdista.

O apoio do presidente da UEI em 1964 ao governo militar, demonstra que tal entidade nesse momento, não estava em sintonia com as manifestações estudantis articuladas pela UNE e pela União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE) contra as imposições desse governo.

É importante ressaltar que a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em nível nacional foi organizada principalmente pela Igreja Católica e pela classe empresária, somando as conspirações tramadas por oficiais das Forças Armadas. Assim esse movimento, representante dos interesses dominantes, articulou manifestações que precederam à deposição de João Goulart e se espalharam por várias cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro. Contou também com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto que conclamou a população e mobilizou as tropas do estado em defesa desse movimento (SANFELICE, 1986).

Em maio de 1964, Ituiutaba foi submetida ao autoritarismo imposto pelo novo regime, que logo tratou de intervir na sociedade local, como demonstra a matéria “Ituiutaba sob comando da ação militar” do *Correio do Pontal* de 31/05/1964:

A cidade viveu nesses últimos dias momentos de 'suspense' com a chegada inesperada do Comando Militar, para nova ação no Município. Tal acontecimento trouxe profundas modificações na política local. Como resultado da Ação do Comando Militar, o prefeito, sr. José Arsênio, o vice, dr. Rodolfo Leite de Oliveira; o presidente da Câmara, sr. Germano Laterza e os vereadores dr. Geraldo Luis Morais Andrade, Diógenes José de Souza, José Arantes de Oliveira, Cristóvão José Ribamar Nunes e o suplente Antonio Ferreira Neto, renunciaram a seus mandatos [...] de acordo com o Ato Institucional, o presidente da Câmara declarou vago os cargos em referência, elegendo [...] o sr. Geraldo Franco Gouveia prefeito municipal e para vice prefeito o dr. Jurandir Inácio Moreira [...] os suplentes de vereadores foram chamados para ocupar seus postos no executivo tijucano.

A deposição de tais governantes locais ocorreu por meio de um golpe articulado pelo político que logo assumiu o cargo de prefeito no município, o qual era pertencente à União Democrática Nacional (UDN), sendo responsável pela convocação de um “Comando Militar de Inquérito”, composto pelo Capitão Heck, acompanhados por vários oficiais militares fortemente armados, que aplicaram medidas de repressão à sociedade local (MIGUEL, 2003).

Desse modo, Ituiutaba sofreu as consequências do Ato Institucional número 1, AI-1 de 9 de abril de 1964, o qual estabeleceu a ocorrência de inquéritos e processos para a apuração de acusações de práticas que supostamente contrariassem a ordem política e social vigente, além de autorizar o Executivo a cassar mandatos legislativos federais, estaduais, municipais e a suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos.

Assim como em nível nacional, ocorreu nesse município um duro golpe contra as liberdades e os direitos democráticos, já que os governantes municipais eleitos pelo povo perderam seus cargos políticos em virtude de pertencerem ao mesmo partido do presidente deposto, João Goulart do PTB. Nessa ocasião, também salientamos que um dos fundadores da UEI do início dos anos de 1950, o qual apresentava um discurso político progressista, se tornou vítima da repressão, sendo deposto pelos militares de sua ocupação política no município.

O golpe de 1964 em Ituiutaba, assim como em todo o país se estabeleceu numa “[...] restauração da dominação burguesa, confirmando-se aquilo que tem sido constante na nossa história política: continuidade, restaurações, intervenções cesaristas, transformismo, exclusão das massas populares, autoritarismo” (GERMANO, 2005, p. 53).

A imprensa local também foi censurada pelo governo ditador, sendo a *Folha de Ituiutaba* acusada de subversiva, o que a levou a sofrer interferência direta desse sistema político repressor. Vejamos:

No rastro das arbitrariedades do Comando Revolucionário o fechamento de A Folha de Ituiutaba, detenção de Ercílio Domingues e Geraldo Sétimo, diretor e redator do jornal, respectivamente. Todas as edições anteriores foram apreendidas e a publicação desativada de abril/64 até o início de 1982. Com autorização do Senhor Ercílio, a tradicional folha voltou a circular sob a direção de Rodolfo (OLIVEIRA, 2004, p. 263).

Nesse sentido, evidenciamos que a imprensa local sofreu consequências de um processo comum a nível nacional em regimes ditatoriais, como é destacado a seguir:

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (LUCA, 2008, p.129).

Ressaltamos que a interdição da *Folha de Ituiutaba*, não significa que esta realmente tenha assumido uma postura de subversão aos ideais capitalistas arduamente defendidos pelo governo militar, mas certamente por apresentar um caráter politizado e progressista, inspirado em valores nacional-desenvolvimentistas, como constatamos na análise de suas matérias. Nesse cenário, a imprensa tijucana passou a ser representativa dos interesses do novo governo implantado, já que não havia espaço para outra forma de abordagem.

Essa repressão e controle eram perceptíveis em todas as instâncias da sociedade local, inclusive no meio educacional, de modo que segundo estudo realizado por Miguel (2003), os ginásios locais passaram a receber visitas de pessoas indicadas pelo Ministério da Educação, que não tinham nenhuma formação para o cargo de inspeção escolar ou ocupação similar. Pois o que realmente interessava ao poder político nesse momento era a fiscalização das condutas e não das práticas puramente pedagógicas.

Nesse contexto de repressão o movimento estudantil na região, como em todo o país, também passou a ser amplamente vigiado por setores direitistas como evidencia a coluna “Vida Estudantil”, do jornal *Correio do Triângulo* de 17/05/1964:

Dia 1º pp. o presidente da U.E.I partiu para a vizinha cidade de Uberaba, onde foi tratar de assuntos pessoais e dos estudantes desta cidade. Levou uma mensagem de solidariedade e apoio ao marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, entrou em conversações com os atuais diretores da U.E.U e trouxe para nós a honrosa notícia da vitória de um Ituiutabano para a presidência daquela entidade [...] os nomes daquela chapa serão enviados à Belo Horizonte, e lá passarão por um processo de triagem e posteriormente será remetido de volta a Uberaba, não encontrando nenhum elemento comprometedor dar-se-á a posse dos novos dirigentes da União Estudantil Uberabense (*Correio do Triângulo* de 17/05/1964).

Dessa forma, percebemos que a UEI, assim como a União Estudantil Uberabense (UEU) após a implantação do governo militar no país, passou a ser observada com maior proximidade pelas forças políticas instituídas, as quais temiam que essas entidades fossem representadas por estudantes que protestassem contra essa liderança política autoritária, como ocorria em grandes cidades.

Mesmo com as declarações favoráveis ao governo militar, a UEI no ano de 1964 sofreu consequências do novo horizonte autoritário, como evidenciamos na acusação feita pela Revista *Câmara Lenta*, seção *Arrozcap* TN nº. 25”, de ser uma entidade secreta. Esse fato foi noticiado pelo *Correio do Triângulo*, que logo publicou a defesa da UEI, alegando que esta estaria aberta em suas reuniões a todos os diretores dos gêmios estudantis das escolas locais.

Dias antes da aprovação da Lei Suplicy de 9 de novembro de 1964, a UEI tratou de realizar uma “Assembléia Geral Extraordinária” para a produção de uma nova constituição para a entidade, como evidencia a nota de convocação publicada pelo *Correio do Triângulo* em 15/10/1964.

UNIÃO ESTUDANTIL DE ITUIUTABA

CONVOCAÇÃO

Assembléia Geral Extraordinária

O presidente da UNIÃO ESTUDANTIL ITUIUTABANA; no ato de suas atribuições, considerando que os Estatutos da U.E.I não se encontram em condições de auxiliar tanto a Diretoria, quanto aos estudantes e ela filiados em suas atividades, e usando das prerrogativas que lhe outorga o artigo 41º do capítulo VIII dos estatutos da entidade, convoca todos os estudantes inscritos e quites, em pleno uso de seus direitos, para a Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará dia 24 de outubro do corrente ano, as 13, 30 horas, no Salão Paroquial Pio XII, à Rua 20 entre as avs. 5 e 7, nesta cidade, onde será discutido e submetido a aprovação a nova CONSTITUIÇÃO da União Estudantil Ituiutabana [...] Ituiutaba, 1º de outubro de 1964 [...] Presidente da U.E.I (*Correio do Triângulo*, 15/10/1964).

Evidenciamos que a UEI nesse período estava de acordo com as determinações vigentes pelo sistema político militar, como demonstra o artigo 20 da Lei Suplicy que impõe mudanças nos órgãos estudantis:

Art. 20. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias (BRASIL, 1964).

Após a promulgação dessa Lei, não encontramos nas fontes consultadas, nenhuma reivindicação estudantil que apresentasse caráter político. Já que esta impunha em seu artigo 14, que: “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (BRASIL,

1964).

Por meio dos jornais locais foi possível evidenciar que as ações políticas do movimento estudantil em Ituiutaba na década de 1960 se concentraram em torno da UEI, dos Comitês Estudantis Feminino e Masculino “Pró Lott” e do “Movimento Estudantil Unido de Ituiutaba”, os quais aglutinavam estudantes secundaristas das quatro escolas locais e jovens tijucanos estudantes universitários em outras cidades.

A última matéria encontrada referente ao movimento estudantil local refere-se à divulgação das eleições da diretoria da UEI e a desvinculação dos alunos do Colégio São José, Escola Normal Santa Teresa e Instituto Marden desta entidade estudantil, em maio de 1968 no jornal *Município de Ituiutaba*. Com isso, destacamos que nos anos de 1969 e 1970 não foram encontradas nos jornais locais, mais nenhuma notícia referente às ações estudantis locais e nacionais. Tal ocorrência nos indica que após ser decretado pelo governo militar o Ato Institucional nº. 5 (AI-5), em dezembro de 1968, as ações do movimento estudantil em Ituiutaba foram silenciadas pela imprensa local, como forma de representar os anseios da elite tijucana de afastar os estudantes do município da repressão exercida por esse governo.

#### Referências:

BRASIL. *Lei Nº 4.464, de 9 de Novembro de 1964* Disponível em: <[www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf](http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf)> Acesso em 05 jun. 2018.

CAPELATTO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto - EDUSP, 1988.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e educação no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas. In: PINSKY, Carla. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MIGUEL, Cristiane Cunha. *Os Reflexos do golpe de 64 na cidade de Ituiutaba* Monografia de conclusão do curso de História. Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba. Campus Educacional de Ituiutaba. Universidade do Estado de Minas Gerais, 2003.

OLIVEIRA. Alciene Maria Ribeiro Leite de. *O livro de (quase) todos* Ituiutaba-MG: EGIL, 2004.

SANFELICE, José Luis. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.